

28 FEV 1988

A escalada

JORNAL DE BRASÍLIA

Handwritten: - Pol. e J. (ANC) P. 2/800

Dois fatos da semana, aparentemente autônomos entre si mas derivados da mesma crise, contribuíram para agravar a perplexidade e a insegurança do País ante as incertezas do momento. A reunião de ministros do Ministério da Justiça, que só serviu para expor a fratura interna do Governo, bem como o tom das últimas palavras do Presidente «ao pé do rádio», aprofundaram a sensação de que se marcha para um conflito institucional.

Por que o Presidente estimulou ou permitiu uma reunião inútil para o fim proposto, o de mensurar a lealdade do ministério a sua política quando se sabe ser esta visível e acintosamente fraturada? Por que o Presidente não demite os dissidentes e restabelece, no interesse da funcionalidade do Governo, a sua unidade interna? A única resposta lógica a esta perplexidade é a suposição de tudo se articula à dinâmica da crise cujo desdobramento poderá ser a decomposição da credibilidade do processo constitucional em curso. A disfunção do Governo seria também uma manifestação da discórdia deflagrada pela Constituinte.

O tom que o Presidente imprimiu às suas palavras, numa escalada que vem desde a penúltima sexta-feira, não serve por sua vez a interpretação divergente. Ele foi indiscutivelmente alarmante, o que só seria jus-

tificável na hipótese de iminente ameaça ilegal à estabilidade do Governo, situação que, claramente, não se configura.

Os fatos mostram que o fosso político se agrava enquanto os verdadeiros problemas do País, entre estes, não os menosprezemos, os próprios erros da Constituinte, se agravam também e não dão sinais de que algo poderá ser feito para arrefecê-los. Ao contrário, o ministro da Justiça brindou-nos esta semana com a afirmação de que «nem todos os prêmios Nobel do mundo» poderão resolver os problemas da inflação brasileira — incompreensível rendição e conformismo. O Governo não pode abdicar das suas responsabilidades sem perder a razão da sua existência. Se se confessa incapaz terá dado salvo conduto à sociedade para que se salve como puder, configurando-se neste caso o vácuo de poder.

A Nação necessita ver enfrentados agora, e não daqui a pouco, muito menos depois da Constituinte, os problemas que a estão diluindo. A recessão acha-se perversamente instalada na economia, as empresas estão inviabilizadas pelos juros e pela retração do mercado, o patrimônio das pessoas está se volatizando. Não podemos mais esperar eleições. Precisamos agir agora, seja qual for o tamanho do mandato do Presidente, no sentido de restabelecer as condições mínimas

necessárias ao trabalho, à produção e à convivência social. O Governo não pode recusar essa responsabilidade, que é sua, como também a Constituinte não pode prosseguir acenando com um País onírico que nada tem a ver com a dimensão das coisas concretas. Quanto mais a Constituinte se encastela no nirvana, enquanto aqui embaixo lutamos por conquistas primárias como alimento e moradia, mais se agrava a separação entre a sociedade e suas instituições políticas. Diante da inaplicabilidade das generosas disposições constitucionais, a Nação sentirá que a lei não tem função, derogando-se sua autoridade. Isso nos poderá levar ao desastre.

Em nome do nosso futuro como Nação democrática convocamos todos ao bom senso, ao reingresso no cenário da realidade. O povo não está interessado em conjuntura política, mas ansioso por ver o Governo governar, reformando-se internamente primeiro e convocando homens que, despreocupados da luta pelo poder, possam efetivamente tratar do interesse público. A classe política representada na Constituinte, por sua vez, precisa ter em mente o fato de que sua tola demagogia não produzirá senão maiores frustrações e mais descrença. A prosperidade se constrói com trabalho, muito trabalho, não com devaneios constitucionais.

Álvaro Pereira